



ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
TRIMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2012

Índice

Dados Cadastrais

Dados gerais	1
Endereço	2
Valores mobiliários	3
Auditor	4
Escriturador de ações	5
DRI ou pessoa equiparada	6
Departamento de acionistas	7

1. Dados gerais

Nome empresarial	EMAE-EMP.METROPOLITANA ÁGUAS ENERGIA S.A	
Data de início do nome empresarial		
Tipo participante	Companhia Aberta	
Nome empresarial anterior		
Data de constituição	22/12/1997	
CNPJ	02.302.101/0001-42	
Código CVM	1699-3	
Data de registro CVM	27/03/1998	
Situação do registro CVM	Ativo	
Data de início da situação	27/03/1998	
País de origem	Brasil	
País onde valores mobiliários estão custodiados	Brasil	
Países estrangeiros em que os valores mobiliários são admitidos a negociação		
	País	Data de Admissão
Setor de atividade	Energia Elétrica	
Descrição da atividade	Produção de Energia Elétrica	
Categoria do emissor	Categoria A	
Data Registro na Atual Categoria	01/01/2010	
Situação do emissor	Fase Operacional	
Data de início da situação	27/03/1998	
Espécie de controle acionário	Estatual	
Data da última alteração do controle acionário	26/04/1999	
Data da última alteração do exercício social	31/12/2010	
Dia/Mês encerramento do exercício social	31/12	
Página emissor na rede mundial de computadores	www.emaee.com.br	
Jornais nos quais emissor divulga suas informações	Nome Jornal no qual emissor divulga suas informações	UF
	Diário Oficial do Estado	SP
	Folha de São Paulo	SP
	Valor Econômico	SP

2. Endereço

**Endereço para
correspondência**

Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira, São Paulo, SP, Brasil, CEP
04447-011, Telefone (011) 56128381, Fax (011) 56123124, E-mail
dir_financeira@emae.com.br

Endereço Sede

Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira, São Paulo, SP, Brasil, CEP
04447-011, Telefone (011) 56128381, Fax (011) 56123124, E-mail
dir_financeira@emae.com.br

3. Valores mobiliários

Ações

		Negociação			Listagem	
Mercado neg	Entidade adm. de	Início	Fim	Segmento de ne	Início	Fim
Bolsa	BM&FBOVESPA	27/03/1998		Tradicional	31/03/1998	

4. Auditor

Possui auditor?	SIM
Código CVM	686-6
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	UHY Moreira Auditores
CPF/CNPJ	01.489.065/0001-05
Período de prestação de serviço	01/11/2011

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF
Jorge Luiz Menezes Cereja	01/11/2011	360.124.400-49

5. Escriturador de ações

Possui prestador	SIM
Razão social	Banco Brasileiro de Descontos S.A.
CNPJ	60.746.948/0001-12
Período de prestação de serviço	08/01/2010
Endereço de Atendimento	Avenida Iara, s/n, Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, Brasil, CEP 06029-900, Telefone (011) 36849495, Fax (011) 36843811, E-mail 4010.acecustodia@bradesco.com.br

6. DRI ou pessoa equiparada

Nome	Paulo Roberto Fares Diretor de Relações com Investidores
CPF/CNPJ	032.721.388-46
Endereço de correspondência	Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04447-011, Telefone (011) 56128381, Fax (011) 56123124, E-mail dir_financeira@emae.com.br
Data de início da atuação	14/02/2012
Data de término de atuação	

.....

7. Departamento de acionistas**CONTATO** **Paulo Roberto Fares****Data início de atuação** **14/02/2012****Data término de atuação****Endereço de correspondência** Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04447-011, Telefone (011) 56128381, Fax (011) 56123124, E-mail dir_financeira@emae.com.br

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
--------------------------	-------------------------------

Do Capital Integralizado

Ordinárias	14.705
------------	--------

Preferenciais	22.242
---------------	--------

Total	36.947
--------------	---------------

Em Tesouraria

Ordinárias	0
------------	---

Preferenciais	0
---------------	---

Total	0
--------------	----------

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.167.726	1.132.078
1.01	Ativo Circulante	155.436	157.399
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.982	69.702
1.01.03	Contas a Receber	19.419	24.571
1.01.03.01	Clientes	16.125	16.707
1.01.03.01.01	Revendedores	13.246	14.234
1.01.03.01.02	Consumidores	2.879	2.473
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.294	7.864
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	2.688	4.816
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-6.939	-5.271
1.01.03.02.04	Renda da Prestação de Serviços	5.505	6.279
1.01.04	Estoques	2.403	2.630
1.01.07	Despesas Antecipadas	135	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	94.497	60.300
1.01.08.03	Outros	94.497	60.300
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	3.555	3.323
1.01.08.03.02	Outros Créditos	21.402	13.295
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	12.709	1.762
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	36.828	35.283
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	20.003	6.637
1.02	Ativo Não Circulante	1.012.290	974.679
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	449.289	449.001
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	449.289	449.001
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.040	10.955
1.02.01.09.04	Valores a Receber	14.650	14.650
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	426.599	423.396
1.02.02	Investimentos	13.758	13.400
1.02.03	Imobilizado	548.534	511.394
1.02.04	Intangível	709	884
1.02.04.01	Intangíveis	709	884

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.167.726	1.132.078
2.01	Passivo Circulante	122.509	139.623
2.01.02	Fornecedores	6.420	9.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.420	9.581
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.915	7.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.253	7.582
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2.694
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	1.192	1.195
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	259	259
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	1.564	2.034
2.01.03.01.05	ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009	0	49
2.01.03.01.06	Outros	1.238	1.351
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	572	262
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	572	262
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	111.174	122.108
2.01.05.02	Outros	111.174	122.108
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	86	86
2.01.05.02.04	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	1.245	8.509
2.01.05.02.05	Folha de Pagamento	4.771	5.802
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	14.437	11.886
2.01.05.02.07	Taxas Regulamentares	6.998	7.199
2.01.05.02.08	Encargos de Uso da Rede Elétrica	184	296
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	20.851	43.401
2.01.05.02.10	Depósitos Vinculados	53.125	40.000
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	9.477	4.929
2.02	Passivo Não Circulante	266.353	220.570
2.02.02	Outras Obrigações	65.485	40.855
2.02.02.02	Outros	65.485	40.855
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	261	306
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	48.253	23.578
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	121.529	118.892
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.529	118.892
2.02.04	Provisões	79.339	60.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.681	38.638
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	561
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.475	22.606
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.206	15.471
2.02.04.02	Outras Provisões	50.658	22.185
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	50.658	17.825
2.02.04.02.04	Outras Provisões	0	4.360
2.03	Patrimônio Líquido	778.864	771.885
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	115.055	120.584
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	115.055	120.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.732	-21.240

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.551	89.849	40.049	79.463
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.802	-132.509	-51.552	-110.123
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 29)	-84.802	-132.509	-51.552	-110.123
3.03	Resultado Bruto	-37.251	-42.660	-11.503	-30.660
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	187	24.862	9.376	27.202
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	187	24.862	9.376	27.202
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-37.064	-17.798	-2.127	-3.458
3.06	Resultado Financeiro	33.202	37.146	25.326	38.737
3.06.01	Receitas Financeiras	29.088	38.570	25.870	39.991
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 30)	8.852	18.320	9.615	20.057
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 30)	20.236	20.250	16.255	19.934
3.06.02	Despesas Financeiras	4.114	-1.424	-544	-1.254
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 30)	-583	-1.088	-544	-1.254
3.06.02.02	Variações Monetárias Passivas (Nota 30)	4.697	-336	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.862	19.348	23.199	35.279
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.820	-12.369	-4.865	-12.555
3.08.01	Corrente	-4.663	-9.732	-6.164	-9.592
3.08.02	Diferido	-1.157	-2.637	1.299	-2.963
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.682	6.979	18.334	22.724
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.682	6.979	18.334	22.724
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 a 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.682	6.979	18.334	22.724
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.682	6.979	18.334	22.724

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-18.882	-20.070
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.662	-11.647
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.979	22.724
6.01.01.02	Depreciação	12.603	14.401
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-28.097	-30.795
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-24.609	-27.313
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.637	2.964
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	1.668	281
6.01.01.07	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	1.437	7.544
6.01.01.08	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-11.394	-1.562
6.01.01.09	Outras provisões	-4.360	0
6.01.01.10	Constituição (Rev) de prov p/custos socioambientais	32.833	0
6.01.01.11	Receita de equivalência patrimonial	-359	0
6.01.01.12	Outras	0	109
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.193	-8.296
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	988	-1.451
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	-406	-51
6.01.02.03	Energia de curto prazo - CCEE	2.128	-2.526
6.01.02.04	Valores a receber - DAEE	0	6.115
6.01.02.05	Renda da prestação de serviços	774	-2.003
6.01.02.06	Tributos e contribuições compensáveis	-232	771
6.01.02.07	Estoques	227	-209
6.01.02.08	Despesas antecipadas	61	-175
6.01.02.09	Outros créditos	-8.107	-4.489
6.01.02.10	Cauções e depósitos vinculados	-10.451	1.301
6.01.02.11	Fornecedores	-3.161	1.947
6.01.02.12	Folha de pagamento	-1.031	-1.160
6.01.02.13	Obrigações estimadas - folha de pagamento	2.551	2.916
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-3.064	-4.818
6.01.02.15	Entidade de previdência a empregados	-5.830	-4.824
6.01.02.16	Taxas regulamentares	-201	473
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	-112	-902
6.01.02.18	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-52
6.01.02.19	Aumento/(diminuição) em depósitos vinculados	13.125	0
6.01.02.20	Outros passivos	4.548	841
6.01.03	Outros	-27	-127
6.01.03.01	Juros pagos	-27	-127
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.267	30.429
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	14.410	13.124
6.02.02	Adições ao imobilizado	-49.585	-10.714
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	30.908	29.819
6.02.04	Aumento de capital em controlada	0	-1.800
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.571	-10.510
6.03.01	Amortização de empréstimos (principal) - FIDC	-7.571	-10.510
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.720	-151

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.702	21.236
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.982	21.085

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.979	0	6.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.979	0	6.979
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.529	5.529	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.529	5.529	0	0
5.07	Saldo Finais	285.411	387.130	115.055	-8.732	0	778.864

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.724	0	22.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.724	0	22.724
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.058	5.058	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.058	5.058	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	135.101	27.782	0	835.424

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	178.426	131.220
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	105.884	93.474
7.01.02	Outras Receitas	24.626	27.313
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	49.585	10.714
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.669	-281
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-103.008	-38.380
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-103.008	-38.380
7.03	Valor Adicionado Bruto	75.418	92.840
7.04	Retenções	-12.603	-14.401
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.603	-14.401
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	62.815	78.439
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.964	9.191
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	359	0
7.06.02	Receitas Financeiras	18.320	20.057
7.06.03	Outros	-10.715	-10.866
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	-7.955	-7.793
7.06.03.02	Realização de perda (baixa de val. a rec.)	-123	-110
7.06.03.03	I.R. e C.S. diferidos	-2.637	-2.963
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	70.779	87.630
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	70.779	87.630
7.08.01	Pessoal	42.649	43.611
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.044	39.758
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.238	2.652
7.08.01.04	Outros	1.367	1.201
7.08.01.04.01	Entidade de previdência a empregados (Contrib. ao Plano)	1.367	1.201
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.640	39.596
7.08.02.01	Federais	34.700	35.824
7.08.02.02	Estaduais	868	0
7.08.02.03	Municipais	4.072	3.772
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-18.489	-18.301
7.08.03.01	Juros	1.087	1.254
7.08.03.02	Aluguéis	338	379
7.08.03.03	Outras	-19.914	-19.934
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-19.914	-19.934
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.979	22.724
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.979	22.724

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.167.956	1.132.142
1.01	Ativo Circulante	168.034	169.472
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.621	81.933
1.01.03	Contas a Receber	19.419	24.571
1.01.03.01	Clientes	16.125	16.707
1.01.03.01.01	Revendedores	13.246	14.234
1.01.03.01.02	Consumidores	2.879	2.473
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.294	7.864
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	2.688	4.816
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-6.939	-5.271
1.01.03.02.04	Renda da Prestação de Serviços	5.505	6.279
1.01.04	Estoques	2.403	2.630
1.01.07	Despesas Antecipadas	135	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	94.456	60.142
1.01.08.03	Outros	94.456	60.142
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	3.699	3.350
1.01.08.03.02	Outros Créditos	21.217	13.110
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	12.709	1.762
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	36.828	35.283
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	20.003	6.637
1.02	Ativo Não Circulante	999.922	962.670
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	449.289	449.001
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	449.289	449.001
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.040	10.955
1.02.01.09.04	Valores a Receber	14.650	14.650
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	426.599	423.396
1.02.02	Investimentos	1.390	1.391
1.02.03	Imobilizado	548.534	511.394
1.02.04	Intangível	709	884
1.02.04.01	Intangíveis	709	884

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.167.956	1.132.142
2.01	Passivo Circulante	122.739	139.687
2.01.02	Fornecedores	6.420	9.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.420	9.581
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.145	7.998
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.483	7.646
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	230	2.758
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	1.192	1.195
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	259	259
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. -empresa	1.564	2.034
2.01.03.01.05	ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009	0	49
2.01.03.01.06	Outros	1.238	1.351
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	572	262
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	572	262
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	111.174	122.108
2.01.05.02	Outros	111.174	122.108
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	86	86
2.01.05.02.04	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	1.245	8.509
2.01.05.02.05	Folha de Pagamento	4.771	5.802
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	14.437	11.886
2.01.05.02.07	Taxas Regulamentares	6.998	7.199
2.01.05.02.08	Encargos de Uso da Rede Elétrica	184	296
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	20.851	43.401
2.01.05.02.10	Depósitos Vinculados	53.125	40.000
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	9.477	4.929
2.02	Passivo Não Circulante	266.353	220.570
2.02.02	Outras Obrigações	65.485	40.855
2.02.02.02	Outros	65.485	40.855
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	261	306
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	48.253	23.578
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	121.529	118.892
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.529	118.892
2.02.04	Provisões	79.339	60.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.681	38.638
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	561
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.475	22.606
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.206	15.471
2.02.04.02	Outras Provisões	50.658	22.185
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	50.658	17.825
2.02.04.02.04	Outras Provisões	0	4.360
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	778.864	771.885
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	115.055	120.584
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	115.055	120.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.732	-21.240

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.551	89.849	40.049	79.463
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.802	-132.509	-51.552	-110.123
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 29)	-84.802	-132.509	-51.552	-110.123
3.03	Resultado Bruto	-37.251	-42.660	-11.503	-30.660
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	17	24.503	9.376	27.202
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	17	24.503	9.376	27.202
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-37.234	-18.157	-2.127	-3.458
3.06	Resultado Financeiro	33.385	37.671	25.326	38.737
3.06.01	Receitas Financeiras	29.271	39.095	25.870	39.991
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 30)	9.035	18.845	9.615	20.057
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 30)	20.236	20.250	16.255	19.934
3.06.02	Despesas Financeiras	4.114	-1.424	-544	-1.254
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 30)	-583	-1.088	-544	-1.254
3.06.02.02	Variações Monetárias Passiva (Nota 30)	4.697	-336	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.849	19.514	23.199	35.279
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.833	-12.535	-4.865	-12.555
3.08.01	Corrente	-4.676	-9.898	-6.164	-9.592
3.08.02	Diferido	-1.157	-2.637	1.299	-2.963
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.682	6.979	18.334	22.724
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-9.682	6.979	18.334	22.724
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.682	6.979	18.334	22.724
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-9.682	6.979	18.334	22.724
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-9.682	6.979	18.334	22.724
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.682	6.979	18.334	22.724

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-18.474	-20.070
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.303	-11.647
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.979	22.724
6.01.01.02	Depreciação	12.603	14.401
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-28.097	-30.795
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-24.609	-27.313
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.637	2.964
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	1.668	281
6.01.01.07	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	1.437	7.544
6.01.01.08	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-11.394	-1.562
6.01.01.09	Outras provisões	-4.360	0
6.01.01.10	Constituição (Rev) de prov p/custos socioambientais	32.833	0
6.01.01.11	Outras	0	109
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.144	-8.296
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	988	-1.451
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	-406	-51
6.01.02.03	Energia de curto prazo - CCEE	2.128	-2.526
6.01.02.04	Valores a receber - DAEE	0	6.115
6.01.02.05	Renda da prestação de serviços	774	-2.003
6.01.02.06	Tributos e contribuições compensáveis	-349	771
6.01.02.07	Estoques	227	-209
6.01.02.08	Despesas antecipadas	61	-175
6.01.02.09	Outros créditos	-8.107	-4.489
6.01.02.10	Cauções de depósitos vinculados	-10.451	1.301
6.01.02.11	Fornecedores	-3.161	1.947
6.01.02.12	Folha de pagamento	-1.031	-1.160
6.01.02.13	Obrigações estimadas - folha de pagamento	2.551	2.916
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-2.898	-4.818
6.01.02.15	Entidade de previdência a empregados	-5.830	-4.824
6.01.02.16	Taxas regulamentares	-201	473
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	-112	-902
6.01.02.18	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-52
6.01.02.19	Aumento/(diminuição) em depósitos vinculados	13.125	0
6.01.02.20	Outros passivos	4.548	841
6.01.03	Outros	-27	-127
6.01.03.01	Juros pagos	-27	-127
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.267	32.229
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	14.410	13.124
6.02.02	Adições ao imobilizado	-49.585	-10.714
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	30.908	29.819
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.571	-10.510
6.03.01	Amortização de empréstimos (principal) - FIDC	-7.571	-10.510
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.312	1.649
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.933	21.436
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51.621	23.085

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885	0	771.885
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885	0	771.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.979	0	6.979	0	6.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.979	0	6.979	0	6.979
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.529	5.529	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.529	5.529	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	115.055	-8.732	0	778.864	0	778.864

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opcões Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700	0	812.700
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700	0	812.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.724	0	22.724	0	22.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.724	0	22.724	0	22.724
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.058	5.058	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.058	5.058	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	135.101	27.782	0	835.424	0	835.424

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	178.426	131.220
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	105.884	93.474
7.01.02	Outras Receitas	24.626	27.313
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	49.585	10.714
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.669	-281
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-103.008	-38.380
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-103.008	-38.380
7.03	Valor Adicionado Bruto	75.418	92.840
7.04	Retenções	-12.603	-14.401
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.603	-14.401
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	62.815	78.439
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.130	9.191
7.06.02	Receitas Financeiras	18.845	20.057
7.06.03	Outros	-10.715	-10.866
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	-7.955	-7.793
7.06.03.02	Realização de perda (baixa de val. a rec.)	-123	-110
7.06.03.03	I.R. e C.S. diferidos	-2.637	-2.963
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	70.945	87.630
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	70.945	87.630
7.08.01	Pessoal	42.649	43.611
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.044	39.758
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.238	2.652
7.08.01.04	Outros	1.367	1.201
7.08.01.04.01	Entidade de previdência a empregados (Contrib. ao Plano)	1.367	1.201
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.806	39.596
7.08.02.01	Federais	34.866	35.824
7.08.02.02	Estaduais	868	0
7.08.02.03	Municipais	4.072	3.772
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-18.489	-18.301
7.08.03.01	Juros	1.087	1.254
7.08.03.02	Aluguéis	338	379
7.08.03.03	Outras	-19.914	-19.934
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-19.914	-19.934
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.979	22.724
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.979	22.724

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO DO TRIMESTRE

O comportamento dos preços médios de suprimento de energia, desconsiderados os efeitos da comercialização de energia de curto prazo, apresenta-se como segue:

	Trimestres Findos em Junho		
	Preço Médio R\$/MWh		
	2012	2011	Variação (%)
Vendas			
Preços médios de suprimento de energia - Leilão.....	84,06	81,17	3,56

	Energia Vendida em MWh		
	2012	2011	Variação (%)
	2012	2011	Variação (%)
Suprimento e fornecimento de energia.....	319.595	337.795	(5,39)

As receitas operacionais atingiram R\$ 57.528, obtidas principalmente pelo fornecimento, suprimento de energia – leilão, energia de curto prazo - CCEE e prestação de serviços (Nota 28.1).

Os custos operacionais apresentaram um aumento de 63,42% em relação ao mesmo trimestre de 2011 em alguns itens, (principalmente em virtude da provisão para compromissos ambientais) tais como energia de curto prazo – CCEE, material e serviços de terceiros em contraposição ao aumento em outras rubricas (Nota 29).

Como consequência dos aspectos operacionais comentados, a EMAE encerrou o trimestre com resultado operacional bruto de R\$ 37.251 (negativo).

O Resultado financeiro de R\$ 33.385 (positivo), decorreu principalmente de receitas de atualização do arrendamento a receber – UTE Piratininga, de quotas subordinadas FIDC e atualização do contrato com o DAEE, em contraposição de despesas de juros e variações monetárias do FIDC e outras obrigações (Nota 30.1).

O prejuízo antes dos impostos foi de R\$ 3.849. Após a apropriação da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Fiscal Tributável e da contribuição social e imposto de renda diferidos, a EMAE encerrou o trimestre com prejuízo de R\$ 9.682.

Comentário do Desempenho**INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS (ACUMULADO)**

	<u>30.06.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
1 - Endividamento		
<u>Exigível Total (Passivo Circulante e Não Circulante) - Outras Obrigações</u> Ativo Total	0,32	0,30
2 - Liquidez Corrente		
<u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante	1,37	1,21
3 - Liquidez Geral		
<u>Ativo Total</u> Exigível Total (Passivo Circulante e Não Circulante) - Outras Obrigações	3,13	3,29
4 - Capitalização		
<u>Patrimônio Líquido</u> Ativo Total	0,67	0,68
5 - Produtividade		
<u>Receita Operacional Bruta</u> Ativo Total	0,09	0,17
6 - Valor Patrimonial da Ação		
<u>Patrimônio Líquido</u> Quantidade de Ações	21,08	20,89

INDICADORES OPERACIONAIS

1 - Número de Empregados (*)	662	672
------------------------------	-----	-----

(*) Informação não revisada pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE” ou “Empresa”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. A Empresa vem desenvolvendo estudos visando o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais, para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia. A Empresa pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

A EMAE possui a concessão para explorar 5 usinas hidrelétricas - Henry Borden, Porto Góes, Rasgão, Izabel e Edgard de Souza, que formam um parque gerador com 949,44 MW de potência instalada e uma Garantia Física de 165,8 MW médios que corresponde à energia comercializada (Nota 15.1), além de operar 2 usinas elevatórias. Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A energia elétrica comercializada pela EMAE destina-se a: concessionárias distribuidoras de energia elétrica, agentes comercializadores, consumidores livres e operações no mercado de curto prazo contabilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – “CCEE” (Nota 28).

Da receita operacional da EMAE no segundo trimestre de 2012, 49% (contra 52% no segundo trimestre de 2011) foram provenientes de suprimento de energia elétrica, sendo 44% (51% em 2011) às distribuidoras e 5% (2% em 2011) a agentes comercializadores, 11% (13% em 2011) no segmento fornecimento de energia a consumidores livres e 22% (18% em 2011) em energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo os restantes 18% em 2012 (17% em 2011), provenientes de renda da prestação de serviços e de outras receitas.

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) denominada PIRAPORA ENERGIA S.A. – “Pirapora Energia”, subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Cerca de 80 % dos recursos para a construção da PCH, virão de financiamento do BNDES, cujo contrato foi assinado em 08/03/2012. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela EMAE como Capital Social da Pirapora Energia. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu a titularidade da autorização para exploração da PCH Pirapora da EMAE para a Pirapora Energia S.A.

Notas Explicativas

1.1 Leilões de Energia (*)

A EMAE vendeu às concessionárias de distribuição, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, 129 MW médios nos Leilões de Empreendimentos de Geração Existentes ("Energia Existente") e 26 MW médios em Leilão de Novos Empreendimentos ("Energia Nova"), relacionados à disponibilidade de produção de energia, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços
1º Leilão - Prod. 2005	2005 a 2012	85,0	60,84	57,51	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2007	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	Jan/05
3º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2008	3,0	63,24	62,95	Out/05
4º Leilão - Prod. 2009	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	Out/05
		129,0			
Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços
1º Leilão - Prod. 2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	Dez/05
10º Leilão - Prod. 2015-H30	2015 a 2044	16,0	154,49	99,48	Nov/10
		26,0			

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

1.2 Prorrogação das concessões

A Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com termo final em 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por período de até 20 (vinte) anos, conforme cláusula segunda do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. O Diretor-Geral da ANEEL, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012, resolve encaminhar ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, nos seguintes termos: (i) Usinas Hidrelétricas Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, pelo prazo de 20 (vinte) anos, de forma não onerosa, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas; (ii) UHE Izabel, com recomendação de indeferimento do pedido, devendo os bens relativos a este empreendimento serem revertidos para a União e (iii) UHE Edgard de Souza, pelo sobrestamento do exame do pedido, até que a análise da revisão do projeto básico desse empreendimento seja concluída pela Superintendência de Gestão de Recursos Hidroenergéticos – SGH da ANEEL. Dessa forma, devem ser mantidos os atuais níveis de rentabilidade e de atividade, uma vez que as usinas excluídas não participam da receita atual.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

Notas Explicativas

- As demonstrações financeiras individuais da controladora é controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Estas informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 e IAS 34 – Informações Intermediárias e Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 03/11.

Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2011 que não sofreram modificações no trimestre não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31/12/2011.

2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em 03/08/2012.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na nota explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.4 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2011, disponíveis no site da CVM.

2.5 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

Notas Explicativas

2.6 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Caixa e bancos conta movimento.....	28	373	28	373
Aplicações financeiras:				
Banco Bradesco S.A.....	CDB (a) 143	143	143	143
Banco do Brasil.....	CDB (a) 38.811	69.186	51.450	81.417
	<u>38.982</u>	<u>69.702</u>	<u>51.621</u>	<u>81.933</u>

As taxas de juros relacionadas às aplicações financeiras, efetuadas em reais, foram de 4,3892% e 11,0536%, respectivamente em 30.06.12 e 31.12.11.

- (a) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, emitidos por instituições financeiras no Brasil, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

4. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	13.246	14.234
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	2.879	2.473

5. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses geradores livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE, (Mercado Atacadista de Energia, atual CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que a EMAE respondia, à época por cerca de 1,3% (informação não auditada pelos auditores independentes) da energia assegurada do país.

Notas Explicativas

A Resolução Normativa nº 387 da ANEEL, de 15/12/2009, estabelece a metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento. A operacionalização para a demonstração do saldo final dar-se-á nos próximos meses, conforme prazos constantes da citada Resolução.

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Composição:	
Saldo em 31.12.2011.....	2.040
Valor faturado.....	-
Valor recebido.....	-
Saldo em 30.06.2012.....	<u>2.040</u>

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da Recomposição Tarifária Extraordinária, a EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040.

6. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No segundo trimestre de 2012 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Notas 28.5 e 29.3).

7. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11
Não circulante		
Contrato.....	14.650	14.650

Em 30 de novembro de 2011, com a anuência do DAEE, foi assinado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$ 32.000.

O valor a receber registrado nesta conta, representa o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos.

Notas Explicativas

8. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11
Circulante		
Contrato (1)	-	1.227
Contrato (2)	-	535
Contrato (3)	1.501	-
Contrato (4)	11.208	-
	<u>12.709</u>	<u>1.762</u>

- (1) Refere-se a alienação do imóvel de 65.237,00 m², localizado próximo à Av. dos Autonomistas, entre o antigo leito do Rio Tietê e km 18 da Estrada de Ferro FEPASA, Município de Osasco, Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 7.500 para a empresa PRABODHAN Empreendimentos e Participações Ltda, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 12 de abril de 2011, para recebimento em 12 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE.
- (2) Refere-se a alienação do imóvel de 6.382,38 m², localizado próximo à Rua Paulo Fontainha Geyser s/nº, altura do Km 267 da Rodovia Cônego Rongoni (SP-55) – Bairro Vila Industrial, Município de Cubatão – São Paulo, pelo valor de R\$ 1.990 para a empresa Hidromar Indústria Química Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 15 de junho de 2011, para recebimento em 11 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE, acrescidas de juros de 12% ao ano.
- (3) Refere-se a alienação do imóvel de 12.865,62 m², localizado na Rua César Vallejo, no Bairro Real Parque, São Paulo, Capital pelo valor de R\$ 22.010 para a empresa STAN Empreendimentos e Participações Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 05 de março de 2012. Foi dado como entrada o valor de R\$ 2.210 e o saldo restante para recebimento em 09 parcelas mensais iguais e sucessivas. Sobre o saldo remanescente serão aplicados juros de 12% a.a., calculados com base na Tabela Price.
- (4) Refere-se a alienação do imóvel de 14.750,00 m², localizado na Rua Miguel Barbar nº 576, Bairro Vila Gustavo Correia, Município de Carapicuíba, Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 2.615 para a empresa G. P. Service Remoção de Veículos Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 26 de março de 2012. Foi dado como entrada o valor de R\$ 500 e o saldo restante para recebimento em 10 parcelas mensais iguais e sucessivas. Sobre o saldo remanescente serão aplicados juros de 12% a.a., calculados com base na Tabela Price.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Circulante				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	409	234	409	234
Imposto de renda a compensar (b).....	451	451	595	478
Contribuição social a compensar (b).....	600	600	600	600
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	1.384	1.338	1.384	1.338
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	291	270	291	270
Outros.....	20	30	20	30
	<u>3.555</u>	<u>3.323</u>	<u>3.699</u>	<u>3.350</u>

- (a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
- (b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

- (c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.
- (d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

10. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE (subsidiária integral da Petrobras).

Em 29 de maio de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou no Diário Oficial da União, extrato de termo aditivo relativo ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 002/2004 – ANEEL, firmado originalmente pela EMAE em 11 de novembro de 2004. Referido termo aditivo tem por objetivo adequar o instrumento contratual celebrado entre a União e a EMAE, de modo a contemplar a transferência de concessão para exploração da Usina Termoeletrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE, conforme a Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro. De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento. O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Notas Explicativas

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.06.12
	Saldo 31.12.11	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	35.283	17.028	15.425	(30.908)	36.828
Não Circulante.....	423.396	(17.028)	20.231	-	426.599
	458.679	-	35.656	(30.908)	463.427

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(230.803)	(246.228)
Variação monetária.....	171.970	151.739
Recebimentos.....	(242.740)	(211.832)
	<u>463.427</u>	<u>458.679</u>

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2012.....	36.828
Não circulante	
De 2013 até 2017.....	168.798
De 2018 até 2024.....	257.801
	<u>426.599</u>
Total	<u>463.427</u>

11. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Circulante				
Serviços em curso (1).....	3.854	3.533	3.854	3.533
Outros créditos (2).....	17.548	9.762	17.363	9.577
	<u>21.402</u>	<u>13.295</u>	<u>21.217</u>	<u>13.110</u>

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

2 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

Notas Explicativas

12. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 6.939 em 30 de junho de 2012 (R\$ 5.271 em 31 de dezembro 2011).

	Controladora e Consolidado		
	30.06.12	Provisão	31.12.11
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(6.939)	(1.668)	(5.271)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

13.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	19.348	35.279	19.514	35.279	19.348	35.279	19.514	35.279
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(4.837)	(8.820)	(4.879)	(8.820)	(1.741)	(3.175)	(1.756)	(3.175)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Pasp Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(2.006)	(1.761)	(2.006)	(1.761)	(722)	(634)	(722)	(634)
Outros.....	(40)	(169)	(40)	(169)	(317)	(368)	(349)	(368)
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e								
Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi								
registrada Provisão								
Provisões diversas.....	(4.682)	(1.469)	(4.682)	(1.469)	(1.685)	(529)	(1.685)	(529)
Outros (PAT, incentivos).....	(240)	181	(317)	181	(117)	-	(203)	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	2.888	3.012	2.888	3.012	1.130	1.177	1.216	1.177
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(8.917)	(9.026)	(9.036)	(9.026)	(3.452)	(3.529)	(3.499)	(3.529)
Corrente.....	(6.978)	(6.847)	(7.097)	(6.847)	(2.754)	(2.745)	(2.801)	(2.745)
Diferido.....	(1.939)	(2.179)	(1.939)	(2.179)	(698)	(784)	(698)	(784)
Alíquota efetiva.....	46%	26%	46%	26%	18%	10%	18%	10%

13.2 Composição dos saldos:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2011 (a).....	42.950	42.950	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b).....	55.119	58.007	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2012 (c).....	4.682	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	89.359	87.421
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2011 (a).....	15.462	15.462	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b).....	15.294	16.424	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2012 (c).....	1.685	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	32.170	31.471
	135.192	132.843	121.529	118.892
Provisão para créditos tributários (e).....	(135.192)	(132.843)	-	-
	-	-	121.529	118.892

(a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2011, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real, e sobre a base negativa da contribuição social.

(b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007 e de 2009.

(c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.

(d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 10).

Notas Explicativas

(e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

14. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

		Controladora e Consolidado	
		30.06.12	31.12.11
Circulante			
Depósitos vinculados (a).....		20.003	6.637
Não circulante			
Depósitos judiciais (b).....		4.278	5.338
Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c).....		3.762	5.617
		<u>8.040</u>	<u>10.955</u>
		<u>28.043</u>	<u>17.592</u>

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 18.580 (R\$ 5.106 em 2011) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos (Nota 8), que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 1.423 (R\$ 1.531 em 2011) de outros depósitos vinculados.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais.
- c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, que poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo (Nota 18). Os saldos das quotas são ajustados mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

15. IMOBILIZADO

É composto como segue:

Controladora e Consolidado				
30.06.12			31.12.11	
Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Terrenos.....	6.716	-	6.716	6.733
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1% 708.708	(391.884)	316.824	323.925
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias..	1,7% 79.197	(48.854)	30.343	31.028
Máquinas e Equipamentos.....	2,8% 427.860	(269.109)	158.751	164.432
Veículos.....	6,7% 7.946	(6.030)	1.916	2.316
Móveis e Utensílios.....	2,9% 2.032	(2.005)	27	45
Subtotal.....	<u>1.232.459</u>	<u>(717.882)</u>	<u>514.577</u>	<u>528.479</u>
Em curso.....				
	93.712	-	93.712	44.127
Redução ao Valor recuperável - CPC 01	<u>(61.212)</u>	<u>1.457</u>	<u>(59.755)</u>	<u>(61.212)</u>
Total.....	<u>1.264.959</u>	<u>(716.425)</u>	<u>548.534</u>	<u>511.394</u>

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30.06.2012 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas	Depreciação do período	Saldo em 30.06.12
Em serviço						
Terrenos.....		6.733	-	(17)	-	6.716
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	323.925	-	-	(7.101)	316.824
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,7%	31.028	-	-	(685)	30.343
Máquinas e Equipamentos.....	2,8%	164.432	-	-	(5.681)	158.751
Veículos.....	6,7%	2.316	-	-	(400)	1.916
Móveis e Utensílios.....	2,9%	45	-	-	(18)	27
Subtotal.....		528.479	-	(17)	(13.885)	514.577
Em curso.....						
		44.127	49.585	-	-	93.712
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01.....		(61.212)	-	-	1.457	(59.755)
Total.....		511.394	49.585	(17)	(12.428)	548.534

Depreciação e amortização no resultado:

	30.06.12	30.06.11
Imobilizado.....	12.428	14.172
Intangível.....	175	229
	<u>12.603</u>	<u>14.401</u>

15.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 10), abrangendo portanto as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usinas	Rios	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médios)	Data da concessão	Data de vencimento
Hidrelétricas					
UHE Henry Borden	Rio das Pedras	889,00	127,7	01.12.1982	30.11.2012
UHE Porto Góes	Tietê	24,80	19,9	01.12.1982	30.11.2012
UHE Rasgão	Tietê	22,00	17,6	01.12.1982	30.11.2012
UHE Izabel	Ribeirão Grande	(a) 2,64	0,6	01.12.1982	30.11.2012
UHE Edgard de Souza	Tietê	(a) 11,00	-	01.12.1982	30.11.2012
		<u>949,44</u>	<u>165,8</u>		

(a) Usinas fora de operação.

15.2 Condições de Renovação

A Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com termo final em 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por período de até 20 (vinte) anos, conforme cláusula segunda do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. Em 16/03/2012, a ANEEL, por meio do despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União manifestou-se sobre o assunto, conforme relatado no item 1.2 destas Notas Explicativas.

Notas Explicativas

15.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

16. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11
Circulante		
Provisão de férias e gratificação de férias.....	9.317	5.861
Encargos sociais sobre férias.....	5.120	6.025
	<u>14.437</u>	<u>11.886</u>

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Circulante				
COFINS s/ receitas.....	1.192	1.195	1.192	1.195
PIS s/ receitas.....	259	259	259	259
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	572	262	572	262
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	1.564	2.034	1.564	2.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1).....	-	2.694	230	2.758
IPTU - REFIS (2).....	90	90	90	90
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (3).....	-	49	-	49
Outros.....	1.238	1.351	1.238	1.351
	<u>4.915</u>	<u>7.934</u>	<u>5.145</u>	<u>7.998</u>
Não circulante				
IPTU - REFIS (2).....	261	306	261	306
	<u>261</u>	<u>306</u>	<u>261</u>	<u>306</u>
	<u>5.176</u>	<u>8.240</u>	<u>5.406</u>	<u>8.304</u>

(1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2010 a serem pagos em janeiro de 2011.

(2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.

(3) Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.

18. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	Controladora e Consolidado			
	30.06.12			31.12.11
	Não			
	Circulante	circulante	Total	Total
FIDC.....	1.245	-	1.245	8.509

Notas Explicativas

Em 29 de maio de 2007, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC, no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, lançado pela EMAE sob coordenação do Banco ABC Brasil S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal, corrigido pela variação da taxa do DI – Depósito Interfinanceiro da CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação) e juros de 1,5% a.a.

O Fundo, do tipo fechado, é administrado pela INTRAG – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mediante cessão de créditos oriundos de CCEAR's (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), assinados com 34 distribuidoras de energia.

A EMAE possui créditos próprios em quotas subordinadas no valor de R\$ 3.762 (R\$ 5.617 em dezembro de 2011), registrados no ativo não circulante, cauções e depósitos vinculados (Nota 14).

A movimentação dos saldos do FIDC em 30 de junho de 2012 está representada por:

Controladora e Consolidado				
31.12.11	30.06.12			
	Despesa			
	Variações			
Saldo	Amortização	Juros	monetárias	Saldo
8.509	(7.598)	27	307	1.245

Controladora e Consolidado					
31.12.11			30.06.12		
Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
21.610	206	21.816	7.571	27	7.598

19. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

		Controladora e Consolidado			
		30.06.12		31.12.11	
Credor	Objeto	Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional				
	Saldado - BPS.....	20.851	135.335	156.186	154.061
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....		(87.082)	(87.082)	(87.082)
		20.851	48.253	69.104	66.979

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 30 de junho de 2012 está representada por:

Controladora e Consolidado			
31.12.11	30.06.12		
Saldo	Amortização	Despesa	Saldo
66.979	(5.830)	7.955	69.104

No resultado:	30.06.12	30.06.11
Plano BPS.....	7.955	7.793
Plano CD.....	1.367	1.201
	9.322	8.994

19.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Notas Explicativas

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º. de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

19.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 156.186

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 30 de junho de 2012, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Notas Explicativas

20. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (1):		
- Quota mensal.....	352	312
- Diferença de quotas - 2009 (2).....	-	85
- Diferença de quotas - 2010 (3).....	221	379
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	723	1.191
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	42	41
Quota para P&D - FNDCT (4).....	106	107
Quota para P&D - EPE (4).....	53	54
P&D - Recursos para projetos (4).....	5.501	5.030
	<u>6.998</u>	<u>7.199</u>
Não circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2011 (5).....	769	769
	<u>769</u>	<u>769</u>
	<u>7.767</u>	<u>7.968</u>

- (1) Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão – RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.
- (2) Conforme despacho ANEEL nº 278 de 2 de fevereiro de 2011, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2011.
- (3) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012.
- (4) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (5) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL no início de 2013.

21. ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA

	Controladora e Consolidado			
	30.06.12		31.12.11	
	Não			
	Circulante	circulante	Total	Total
Encargos de uso da rede elétrica - CUSD/CUST (a).....	17	-	17	137
Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg. (b).....	167	-	167	159
	184	-	184	296

- (a) Refere-se aos encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.
- (b) Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de setembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.

Notas Explicativas

Foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.34.00.040933-5 contra ato do Diretor Geral da ANEEL, com obtenção de liminar, em 28 de agosto de 2007, determinando a suspensão do artigo 4º e do anexo IV da Resolução Homologatória ANEEL nº 497/07, desobrigando ao pagamento da TUSDg mensal atual e retroativa (de 01/06/04 a 30/07/07) determinadas pela referida Resolução, além da obrigatoriedade assinatura de Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), sendo determinado à ANEEL que se abstenha de aplicar multa ou qualquer medida coercitiva nesse sentido. O processo encontra-se na AGU – Advocacia Geral da União.

22. DEPÓSITOS VINCULADOS

Para efetuar os serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros e o aumento da capacidade de bombeamento nas elevatórias de Traição e Pedreira, foi aprovado no Orçamento do Estado constante da Lei nº 14.309, de 27/12/2010, o aporte de capital no montante de R\$ 40.000 para 2011 na EMAE, efetivamente repassados nos meses de novembro (R\$ 12.392) e dezembro (R\$ 27.608).

23. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	Controladora e Consolidado			
	30.06.12		31.12.11	
	Não			
	Circulante	circulante	Total	Total
Compromissos socioambientais.....	-	50.658	50.658	17.825

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.11	30.06.12		
	Saldo	Provisão	Reversão	Saldo
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade.....	15.228	776	-	16.004
Diversas.....	7.378	40	(948)	6.470
	22.606	816	(948)	22.474
Cíveis.....	15.471	597	(9.861)	6.207
Tributárias.....	561	25	(586)	-
Ambiental.....	17.825	32.833	-	50.658
	33.857	33.455	(10.447)	56.865
	56.463	34.271	(11.395)	79.339

Periculosidade – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, em 07 de julho de 1999. A administração da Empresa baseada na opinião de seus assessores jurídicos, provisionou o montante de R\$ 16.004 em 30 de junho de 2012.

Diversas – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Notas Explicativas

Cíveis – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

Ambiental – Refere-se a multa pela não retirada das instalações implantadas no projeto flotação.

Depósitos judiciais – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários em 30 de junho de 2012, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado		
	Provável	Possível	Remota
	30.06.12	30.06.12	30.06.12
Administrativo.....	-	102	1.893
Ambiental.....	50.658	72	5
Cível.....	6.207	21.590	1.233
Trabalhista.....	22.474	13.413	19.430
Tributário.....	-	612	2.938
	<u>79.339</u>	<u>35.789</u>	<u>25.499</u>

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, destacamos o montante referente à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 30).

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11
ATIVO		
CIRCULANTE		
Valores a receber.....	-	-
NÃO CIRCULANTE		
Valores a receber.....	14.650	14.650
	<u>14.650</u>	<u>14.650</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Entidade de previdência a empregados.....	20.851	43.401
NÃO CIRCULANTE		
Entidade de previdência a empregados.....	48.253	23.578
	<u>69.104</u>	<u>66.979</u>

As condições e a natureza das operações apresentadas estão descritas nas Notas 7 e 19.

Notas Explicativas

26.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 30 de junho de 2012 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 2.160 com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

26.2 Remuneração de administradores

A remuneração da Administração da Empresa em junho de 2012 foi de R\$ 2.922 (R\$ 3.195 em dezembro de 2011), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 698 (R\$ 1.383 em dezembro de 2011) e encargos sociais no valor de R\$ 2.224 (R\$ 1.812 em dezembro de 2011).

26.3 Captação de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê do qual fazem parte os reservatórios Billings e Guarapiranga, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928, autorizada inicialmente pelo Decreto Estadual nº 4.487/28, e, posteriormente, por outros instrumentos legais e contaram com a anuência da EMAE e das suas antecessoras (ELETROPAULO e Light), porém foram condicionadas à devida compensação financeira, o que, no entanto, nunca ocorreu.

A regulamentação da indústria hidroelétrica, tanto no Código de Águas, Decreto nº 24.643/34, como dos Serviços de Energia Elétrica, Decreto nº 41.019/57, obrigam o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios, porém prevêem o seu ressarcimento.

Várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos, visando estabelecer acordo administrativo entre as partes para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden da ordem de 101 MW médios causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Até junho de 2012, em face da indefinição do impasse com a SABESP, por não ter sido apresentada proposta minimamente aceitável, a EMAE solicitou a Secretaria de Energia o encaminhamento do assunto para arbitragem do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, que em sua manifestação sugere que a controvérsia pode ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE aprovou-se que fosse notificado o Conselho de Administração da SABESP para que o impasse relacionado à utilização da água seja submetido à arbitragem ou à celebração de acordo entre as partes.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Os principais acionistas em 30 de junho de 2012 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETRORBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,01
ALTOCAPITAL Ajax Fundo de Invest. Ações.....	-	-	2.043.100	9,19	2.043.100	5,53
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETRONPAR - ELETRORBRÁS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	501.000	2,25	501.000	1,36
Outros.....	-	-	3.016.995	13,56	3.016.995	8,17
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

27.2 Direitos das Ações

Conforme disposto nos artigos 4º e 30º do Estatuto Social da Empresa, as ações têm as seguintes características:

Preferenciais

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
- direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

Ordinárias

- A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembléia geral ;
- Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

27.3 Reserva de lucros a realizar

Saldo em 31.12.2011.....	120.584
Realização da reserva.....	(5.529)
Saldo em 30.06.2012.....	<u>115.055</u>

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30/04/2009, foi aprovada a proposta da Administração de constituição de reserva de lucros a realizar, decorrente do registro do ganho na operação de arrendamento mercantil da UTE Piratininga, de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela Deliberação CVM nº 645/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06, que trata das operações de arrendamento mercantil. A realização da reserva ocorre mediante o recebimento das parcelas, pela amortização do saldo de principal do arrendamento a receber UTE Piratininga (Nota 10).

Notas Explicativas

27.4 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valor por ação):

	30.06.12	30.06.11
Lucro líquido do período.....	6.979	22.724
Lucro disponível aos acionistas preferenciais.....	4.359	14.193
Lucro disponível aos acionistas ordinários.....	2.620	8.531
	6.979	22.724
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
Total.....	36.947.084	36.947.084

Lucro por ação básico e diluído

Ação Preferencial.....	R\$ 0,1960	R\$ 0,6381
Ação Ordinária.....	R\$ 0,1782	R\$ 0,5801

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

28.1 Conciliação da receita operacional líquida para os trimestres findos em 30 de Junho

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	6.449	6.244
Suprimento de energia - leilão.....	25.189	24.534
Suprimento de energia - comercializadores.....	2.790	776
Energia de curto prazo - CCEE.....	12.618	8.952
Renda da prestação de serviços.....	6.351	7.715
Outras receitas.....	4.131	293
	57.528	48.514
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(1.056)	(936)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(6.141)	(5.541)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.333)	(1.203)
ICMS sobre fornecimento de energia.....	(694)	-
Imposto sobre serviços - ISS.....	(318)	(387)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(435)	(398)
	(9.977)	(8.465)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	47.551	40.049

Notas Explicativas

28.2 Conciliação da receita operacional líquida para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	13.414	13.007
Suprimento de energia - leilão.....	51.627	49.369
Suprimento de energia - comercializadores.....	4.136	1.400
Energia de curto prazo - CCEE.....	18.889	14.322
Renda da prestação de serviços.....	12.435	14.902
Outras receitas.....	5.383	474
	<u>105.884</u>	<u>93.474</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(2.112)	(1.873)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(9.527)	(8.711)
PIS sobre receitas operacionais.....	(2.068)	(1.891)
ICMS sobre fornecimento de energia.....	(868)	-
Imposto sobre serviços - ISS.....	(615)	(746)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(845)	(790)
	<u>(16.035)</u>	<u>(14.011)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>89.849</u>	<u>79.463</u>

28.3 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

Os CCEAR's decorrentes dos Leilões apresentados na tabela do item 1.1, têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês de Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	Produto 2007-2014	4º Leilão 2009-2016	Energia Nova 2008-2037 e 2009-2038	Energia Nova P2 - 2009-2038	Energia Nova 2010-2039
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	86,81	98,75	108,08	130,78	156,60	156,60	156,59
Ampla	Março	87,20	99,19	108,57	-	157,30	157,30	157,29
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, Aes-Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe, Celpe	Abril	87,38	99,40	108,79	131,65	157,63	157,63	157,62
Nacional, Caiua, V.Paranapanema, Bragantina	Maio	87,94	100,04	109,49	-	158,64	158,64	158,63
Energisa, Copel	Junho	88,26	100,40	109,88	-	159,21	159,21	159,20

28.4 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

A EMAE participou de diversos leilões de compra de energia realizados em 2011, que resultaram no fornecimento para consumidores livres e no suprimento para comercializadoras de energia (*ex-post*), resultando em um faturamento de, respectivamente, R\$ 26,1 milhões e R\$ 2,9 milhões.

Notas Explicativas

28.5 Energia Elétrica Vendida para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	38.476	39.404	6.449	6.244
Suprimento				
Energia de leilão.....	264.391	273.695	22.226	22.215
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD.....	-	-	2.963	2.319
	264.391	273.695	25.189	24.534
Agentes comercializadores.....	16.728	24.696	2.790	776
	281.119	298.391	27.979	25.310
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	12.618	8.952
Total.....	319.595	337.795	47.046	40.506

28.6 Energia Elétrica Vendida para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	80.615	82.588	13.414	13.007
Suprimento				
Energia de leilão.....	545.849	555.944	45.551	44.880
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD.....	-	-	6.076	4.489
	545.849	555.944	51.627	49.369
Agentes comercializadores.....	34.255	37.131	4.136	1.400
	580.104	593.075	55.763	50.769
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	18.889	14.322
Total.....	660.719	675.663	88.066	78.098

- (1) Classificam-se como "fornecimento" as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados "bilaterais", estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoeletrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

28.7 Renda da prestação de serviços para os trimestres findos em 30 de Junho

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	1.228	1.273
Petrobras (UTE's).....	4.735	5.834
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	368	489
CTEEP (Subestação Piratininga).....	-	75
Outros serviços.....	20	44
	<u>6.351</u>	<u>7.715</u>

28.8 Renda da prestação de serviços para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	4.180	3.235
Petrobras (UTE's).....	7.116	10.568
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.069	891
CTEEP (Subestação Piratininga).....	27	150
Outros serviços.....	43	58
	<u>12.435</u>	<u>14.902</u>

Notas Explicativas

29. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

29.1 Para os trimestres findos em 30 de Junho

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	30.06.12 30.06.11	30.06.12 30.06.11	30.06.12 30.06.11	30.06.12 30.06.11	30.06.12 30.06.11	30.06.12 30.06.11	30.06.12 30.06.11	30.06.12 30.06.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(1.269)	(2.965)	-	-	-	-	(1.269)	(2.965)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.625)	-	-	-	-	-	(2.625)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(877)	(1.013)	-	-	-	-	(877)	(1.013)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(1.261)	(1.496)	-	-	-	-	(1.261)	(1.496)
Pessoal.....	(25.090)	(24.794)	(555)	-	-	-	(25.645)	(24.794)
Entidade de previdência a empregados.....	(4.854)	(2.316)	-	-	-	-	(4.854)	(2.316)
Material.....	(1.511)	(1.356)	-	-	-	-	(1.511)	(1.356)
Serviço de terceiros.....	(8.608)	(8.098)	-	1	-	-	(8.608)	(8.097)
Depreciação.....	(6.198)	(7.204)	-	-	-	-	(6.198)	(7.204)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(33.262)	(2.365)	-	-	-	-	(33.262)	(2.365)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	10.447	-	-	-	-	-	10.447	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.721)	-	-	-	-	-	(1.721)	-
Ganho na alienação imóvel	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras.....	(7.418)	54	-	-	17	9.376	17	9.376
Total.....	(84.247)	(51.553)	(555)	1	187	9.376	(84.615)	(42.176)

Notas Explicativas

29.2 Para os semestres findos em 30 de Junho

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas				TOTAL			
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(1.520)	(3.863)	-	-	-	-	-	-	(1.520)	(3.863)	(1.520)	(3.863)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.300)	-	-	-	-	-	-	-	(3.300)	-	(3.300)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.687)	(1.468)	-	-	-	-	-	-	(1.687)	(1.468)	(1.687)	(1.468)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(3.546)	(4.928)	-	-	-	-	-	-	(3.546)	(4.928)	(3.546)	(4.928)
Pessoal.....	(48.424)	(50.924)	(555)	(248)	-	-	-	-	(48.979)	(51.172)	(48.979)	(51.172)
Entidade de previdência a empregados.....	(7.955)	(7.793)	-	-	-	-	-	-	(7.955)	(7.793)	(7.955)	(7.793)
Material.....	(2.323)	(2.918)	-	-	-	-	-	-	(2.323)	(2.918)	(2.323)	(2.918)
Serviço de terceiros.....	(16.291)	(15.104)	-	-	-	-	-	-	(16.291)	(15.104)	(16.291)	(15.104)
Depreciação.....	(12.603)	(14.401)	-	-	-	-	-	-	(12.603)	(14.401)	(12.603)	(14.401)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(34.270)	(5.982)	-	-	-	-	-	-	(34.270)	(5.982)	(34.270)	(5.982)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	11.395	-	-	-	-	-	-	-	11.395	-	11.395	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.669)	-	-	-	-	-	-	-	(1.669)	-	(1.669)	-
Ganho na alienação imóvel	-	-	-	-	24.626	27.312	24.626	27.312	24.626	27.312	24.626	27.312
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	359	-	-	-	359	-	-	-
Outras.....	(9.761)	(2.494)	-	-	(123)	(110)	(123)	(110)	(9.884)	(2.604)	(9.884)	(2.604)
Total.....	(131.954)	(109.875)	(555)	(248)	24.862	27.202	24.503	27.202	(107.647)	(82.921)	(108.006)	(82.921)

Notas Explicativas

29.3 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	1.269	2.965
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	877	1.013
	<u>2.146</u>	<u>3.978</u>

29.4 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	1.520	3.863
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	1.687	1.468
	<u>3.207</u>	<u>5.331</u>

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

30. RESULTADO FINANCEIRO

30.1 Para os trimestres findos em 30 de Junho

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	608	330	791	330
Atualização de valores a receber - DAEE.....	-	419	-	419
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	7.798	8.103	7.798	8.103
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	(51)	152	(51)	152
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	497	555	497	555
Outras.....	-	56	-	56
	<u>8.852</u>	<u>9.615</u>	<u>9.035</u>	<u>9.615</u>
Despesas				
Juros FIDC.....	(7)	(58)	(7)	(58)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(270)	(21)	(270)	(21)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(77)	(113)	(77)	(113)
Atualiz. TUSDg.....	(3)	(65)	(3)	(65)
Juros sobre RGR.....	(202)	(202)	(202)	(202)
Outras.....	(24)	(85)	(24)	(85)
	<u>(583)</u>	<u>(544)</u>	<u>(583)</u>	<u>(544)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	20.236	16.956	20.236	16.956
Variações monetárias passivas.....	4.697	(701)	4.697	(701)
	<u>24.933</u>	<u>16.255</u>	<u>24.933</u>	<u>16.255</u>
	<u>33.202</u>	<u>25.326</u>	<u>33.385</u>	<u>25.326</u>

Notas Explicativas

30.2 Para os semestres findos em 30 de Junho

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	2.127	891	2.652	891
Atualização de valores a receber - DAEE.....	-	1.827	-	1.827
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	15.425	16.028	15.425	16.028
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	31	262	31	262
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	730	973	730	973
Outras.....	7	76	7	76
	<u>18.320</u>	<u>20.057</u>	<u>18.845</u>	<u>20.057</u>
Despesas				
Juros FIDC.....	(27)	(127)	(27)	(127)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(442)	(350)	(442)	(350)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(164)	(170)	(164)	(170)
Atualiz. TUSDg.....	(8)	(117)	(8)	(117)
Juros sobre RGR.....	(405)	(405)	(405)	(405)
Outras.....	(42)	(85)	(42)	(85)
	<u>(1.088)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(1.088)</u>	<u>(1.254)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	20.250	21.422	20.250	21.422
Variações monetárias passivas.....	(336)	(1.488)	(336)	(1.488)
	<u>19.914</u>	<u>19.934</u>	<u>19.914</u>	<u>19.934</u>
	<u>37.146</u>	<u>38.737</u>	<u>37.671</u>	<u>38.737</u>

31. SEGUROS

Com base em estudos de consultoria especializada, a Administração da Empresa optou por manter apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2012	09.04.2013	3.200	135
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2012	08.02.2013	1.500	10
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)..	28.11.2011	28.11.2012	324	2
			<u>5.024</u>	<u>147</u>

(1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa a terceiros.

(2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.

(3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2012, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Empresa está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI relativos ao FIDC e às aplicações financeiras. Em 30 de junho de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de FIDC, líquido das aplicações financeiras.

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Indicador	Provável	(+25%)	(+50%)
CDI	10,66	13,33	15,99

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Passivo		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Financeiro	Risco	Provável	(+25%)	(+50%)
FIDC	Variação do CDI	79	148	374

A Empresa, em decorrência da variação dos índices projetados, teria uma saída de caixa de R\$ 79 na ocorrência do cenário provável, enquanto que no cenário possível e remoto as saídas de caixa seriam de R\$ 148 e R\$ 374 respectivamente comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

(c) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(d) Risco Hidrológico

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 8,99 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1098, de 14 de dezembro de 2010, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011). Durante 2010 vigorou a TEO de R\$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009).

(e) Derivativos

Em 30 de junho de 2012, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

Notas Explicativas

(f) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 3.

b) Informações suplementares

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	30.06.11
Juros pagos.....	27	127
Juros recebidos.....	2.127	967
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	9.733	8.859
Dividendos obrigatórios propostos a pagar.....	-	3.122

34. PIRAPORA ENERGIA S.A.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o período findo em 30/06/2012 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 525 e despesas no valor de R\$ 166, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 359 na Empresa Controladora.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

AOS ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE
SÃO PAULO – SP

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfases

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as informações contábeis individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Continuidade normal das operações

As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas,

atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 548.534 mil, em 30 de junho de 2012, compostos, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Prorrogação da concessão

Conforme notas explicativas nº 1.2 e nº 15.2, às informações trimestrais, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. O Diretor-Geral da ANEEL, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012, encaminhou ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, nos seguintes termos: (i) Usinas Hidrelétricas Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, pelo prazo de 20 (vinte) anos, de forma não onerosa, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas; (ii) UHE Izabel, com recomendação de indeferimento do pedido, devendo os bens relativos a este empreendimento serem revertidos para a União e (iii) UHE Edgard de Souza, pelo sobrestamento do exame do pedido, até que a análise da revisão do projeto básico desse empreendimento seja concluída pela Superintendência de Gestão de Recursos Hidroenergéticos – SGH da ANEEL. Dessa forma, devem ser mantidos os atuais níveis de rentabilidade e de atividade, uma vez que as usinas excluídas não participam da receita atual. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Provisão para custos socioambientais

Conforme a nota explicativa nº 23, a EMAE mantém provisão de R\$ 50.658 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros -Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por nós que emitimos relatório datado de 22 de março de 2012, sem ressalva e com ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima, exceto quanto à provisão para riscos socioambientais, e de que conforme nota explicativa 16.4, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, a administração da Empresa preparou, com base no seu valor em uso, na decisão de Diretoria da ANEEL, de 06 de março de 2012, relativa ao processo de prorrogação de concessão de suas usinas hidrelétricas e, considerando a indenização correspondente ao valor residual dos livros ao final da concessão, atualizado monetariamente pelo IGP-M, um fluxo de caixa descontado de suas operações até novembro de 2032, para cada unidade de geração de caixa. A estimativa preparada pela Administração indicou que o valor presente é suficiente para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 das usinas Rasgão e Porto Góes. No entanto, para a UHE Henry Borden as projeções, indicaram necessidade e foi realizado ajuste de R\$ 61 milhões no ativo imobilizado.

As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período findo em 30 de junho de 2011, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório da revisão especial, datado de 04 de agosto de 2011, sem ressalva e com ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima, relativas à continuidade normal das operações e prorrogação da concessão.

São Paulo, 07 de agosto de 2012.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC 1 RS 43679 S SP
CNAI Nº 539
Sócio – Responsável Técnico